

SEQUESTRO DO TEMPO E SAÚDE MENTAL

Israel Kujawa

Filósofo, Doutor em Psicologia, Professor Pesquisador do Núcleo *Stricto Sensu* em Psicologia na Faculdade Meridional IMED.

E-mail: <israel@imed.edu.br>.

Pedrinho Arcides Guareschi

Doutor em Psicologia Social, Pós-doutor em Ciências Sociais na Universidade de Cambridge. Professor convidado UFRGS e Conferencista Internacional.

E-mail: <pedrinho.guareschi@ufrgs.br>.

Gênesis Marimar Rodrigues Sobrosa

Psicóloga, Doutoranda em Psicologia. Professora da Faculdade Murialdo Famur.

E-mail: <genesispsi@yahoo.com.br>.

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre fatores que influenciam no bem estar e na saúde, em uma época em que a *falta de tempo* e o endividamento são elementos que atravessam o cotidiano das pessoas. O ponto de partida é o exame da atividade humana em suas relações positivas ou negativas com respeito a uma ideia de justiça. A partir de uma revisão narrativa, são avaliados os temas da liberdade, da necessidade, do individualismo, da competição, da falta de tempo e das relações entre o mercado e o estado. Os resultados desta investigação indicam que o aumento do tempo ocupado com atividades, que se apresentam como necessárias implica na diminuição do tempo para atividades livres, associados aos cuidados do próprio bem estar e da saúde.

Palavras-chave: saúde, endividamento, tempo, liberdade, necessidade

Este artigo aborda as conexões entre atividade, subjetividade e saúde. Interessa abordar as relações entre o trabalho, a clínica e a saúde, analisando a atividade, colocando em discussão a subjetivação e tratando dos desafios ao pensamento no contexto contemporâneo. Apoiado em investigações empíricas extraídas de publicações especializadas e pesquisas sobre a categoria profissional da educação e dos trabalhadores bancários, este artigo tem o objetivo geral de analisar as relações entre saúde e as condições da atividade humana, no início do século XXI. Os objetivos específicos visam a identificação de fatores sociais que interferem na saúde biológica, a caracterização das condições atuais de trabalho e a qualidade de vida e a identificação de relações entre o atual modelo político econômico e jurídico com a saúde e o bem estar. Foi realizada uma revisão

não sistemática da literatura sobre saúde e o bem estar dos indivíduos e suas relações com o mundo do trabalho. A leitura dos trabalhos seguiu o método proposto por Gil (1999), o qual contempla as seguintes etapas: leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. Primeiramente, procurou-se tomar contato com os materiais. Em seguida, foi realizada uma leitura cuidadosa dos trechos que interessavam aos objetivos do presente estudo. Depois, as informações foram sistematizadas e identificadas ideias-chave dos textos pesquisados, visando realizar uma edificação de sínteses. Por fim, foi realizada a leitura interpretativa dos dados. Buscou-se finalmente estabelecer relações entre os conteúdos encontrados na literatura, agrupando-os, para, em seguida, realizar uma leitura reflexiva.

A SAÚDE EM UM SENTIDO AMPLO

A saúde, num sentido amplo, inclui o conjunto das atividades, do trabalho, da economia, do lazer, da educação e da cultura, como fatores que mantêm relação entre si e influenciam na qualidade de vida. Neste sentido, a pesquisa sobre níveis de saúde ou sobre fatores associados com sua falta está associada não apenas à biologia, mas está ligado também com a psicologia e com o conjunto das atividades desenvolvidas pelo sujeito (Morin, 2011).

Observando a atividade e o comportamento das pessoas, pode-se identificar que são movidas pelo desejo de bem estar, de bem viver, de saúde e de felicidade. Independente do recorte que uma pesquisa fizer para justificar suas afirmações em relação à ação humana, a associação com a noção ampliada de trabalho estará incluída:

Podemos, portanto, afirmar que as teses que defendem o fim da centralidade do trabalho como traço constitutivo da chamada “crise da sociedade do trabalho”, sua substituição pela esfera comunicacional ou da inter-subjetividade encontram seu contraponto quando se parte de uma concepção abrangente e ampliada de trabalho, que contempla tanto sua dimensão coletiva quanto subjetiva, tanto na esfera do trabalho produtivo quanto improdutivo, tanto material quanto imaterial, bem como nas formas assumidas pela visão sexual do trabalho, pela nova configuração da classe trabalhadora, entre os vários elementos aqui apresentados (Antunes, 2005, p. 38).

Para efetivar seus desejos os seres humanos precisam de condições materiais, que por sua vez tem relação com alguma forma de trabalho e com a saúde física e psicológica. As condições materiais são frequentemente associadas com as diretrizes da economia e não da saúde. No entanto, em sintonia com a abordagem de Sen (2012), o conceito de economia reconstruído em uma de suas dimensões originárias está vinculado com a vida das pessoas e não apenas vinculado com aspectos formais, monetários de índices e estatísticas.

É oportuno explicitar o conceito de economia referido por Amartya Sen (2012), que o reconstrói a partir da dimensão formal, abstrata, especulativa e da dimensão vinculada com a vida das pessoas. A dimensão vinculada com a vida humana é denominada de dimensão ética e foi preterida ao longo da história da economia pela

dimensão especulativa que pode ser caracterizada como não ética. A partir da dimensão ética da economia, que está associada com a vida das pessoas, é possível perceber as relações entre a saúde, as condições materiais e a economia. Feito o registro sobre as relações entre saúde, trabalho e economia passamos a ter um conceito amplo de saúde.

Na sequência desta análise sobre a relevância de relacionar a ação humana, incluindo o trabalho, as condições materiais e a economia, para abordar o tema da saúde, destaca-se a importância da dimensão psicológica. A relevância da psicologia para a explicação das situações sociais está em sintonia ao proposto por Moscovici (2011, p. 27), que comenta: “A segregação do psíquico e do social tornou-se uma instituição de nossa cultura. Ainda que independa de toda razão crítica, ela resiste a qualquer crítica”. Nesta afirmação temos uma menção os conceitos produzidos de Morin (2005, p. 11), que critica a forma reduzida, simplificada que pode ser caracterizado como forma patológica de pensar.

Vivemos sob o império dos princípios de disjunção, de redução e de abstração, cujo conjunto constitui o que chamo de “paradigma de simplificação”. Descartes formulou este paradigma essencial do Ocidente, ao separar o sujeito pensante (*ego cogitans*) e a coisa entendida (*res extensa*), isto é filosofia e ciência, e ao colocar como princípio de verdade as ideias “claras e distintas”, ou seja, o próprio pensamento disjuntivo. Esse paradigma, que controla a aventura do pensamento ocidental destes o século XVII, sem dúvida permitiu os maiores progressos ao conhecimento científico e à reflexão filosófica; suas consequências nocivas últimas só começam a se revelar no século XX.

Temos neste registro a comprovação de que a saúde não está associada apenas com a biologia ou com genética, mas é consequência, também, da intensa pressão para a superação dos limites e de contextos carregados pela cultura da competição e do individualismo. A combinação da pressão para superar constantemente os próprios limites e aumentar constantemente a produtividade, confrontada com o medo e com a insegurança, exige disponibilidade para produção e, conseqüentemente, indisponibilidade para os cuidados com a saúde.

A sociedade está impregnada pela violência que se expressa em todas as áreas. No mundo do trabalho, configura-se, em especial, uma ver-

dadeira “guerra econômica”. Em nome desse ambiente conflagrado, são utilizados métodos cruéis para excluir os que não estão aptos. Dos indivíduos habilitados ao combate, exigem-se desempenhos sempre superiores em produtividade, disponibilidade, disciplina e abnegação. Somente sobreviveremos, dizem-nos, se superarmos e nos tornarmos ainda mais eficazes do que nossos concorrentes. Essa realidade é mostrada como único caminho a seguir; como o preço a se pagar para o desenvolvimento e o progresso. Uma forte carga ideológica e de propaganda está produzindo a banalização da injustiça. O sofrimento, o medo, o adoecimento, o desemprego e a morte pelo trabalho são vistos com passividade, beirando a normalidade, onde “as mais violentas dores assemelham-se a emoção cotidiana” (Machado, 2011, p. 13).

A pesquisa de Vieira (2003) aponta para a existência de uma expropriação da identidade do educador brasileiro, visto que “os trabalhadores em educação vivem um processo de expropriação de identidade como componente e reflexo da redução do próprio papel da educação neste período histórico” (p. 8). Existem elevados índices de adoecimento mental, que afetam e são afetados pela produtividade, as metas, o individualismo a competição e a violência. O adoecimento dos trabalhadores é entendido como expropriação da identidade e redução do papel da educação, com a *banalização da injustiça*, com o individualismo e com a competição (Nets & Oliveira, 2011; Vieira, 2003).

O TRABALHO E A FALTA DE TEMPO

Entre os primeiros registros sobre o sentido do trabalho está à noção de *tripaliare*, originário de *tripalium* que é um instrumento de tortura e significa punição, sofrimento. A cultura cristã deu sequência para este sentido ao fomentar a resignação diante da necessidade do martírio e do sofrimento para alcançar a salvação celestial. Já a estruturação teórica dos pensamentos de Max Weber, Friedrich Hegel e Karl Marx atribuíram centralidade ao trabalho como fator estruturante da vida humana. Independente da caracterização, positiva ou negativa, de maneira geral, o trabalho também está associado à dignidade e à felicidade, ou seja, é um fator estruturante na vida social. Se apresenta como “um dos aspectos fundamentais na nossa existência, sendo amalgamando como os nossos mais profundo projetos, desejos de rea-

lização, com a nossa própria constituição do ser” (Dalmolin, B.M. & Dias, G.M., 2009, p. 40). Nesta linha de raciocínio, justifica-se a importância de analisar o trabalho, reconstruindo suas características na atualidade.

A reestruturação produtiva promovida a partir do final do século XX precisa ser analisada pela psicologia para que seja exercitada com condições de identificar fatores centrais na constituição da subjetividade do ser humano. Em sintonia com os princípios do modelo produtivo em vigor, são destacadas iniciativas de inserção engajada e subordinada aos princípios da colaboração, da cooperação, da participação, da flexibilidade, da liberdade, entre outras, com conotações semelhantes. Estes princípios exigem um nível de entrega que ultrapassam os espaços físicos e os limites da jornada de trabalho (Antunes, 2005).

A centralidade da especialização e da fragmentação, conceitos centrais do processo produtivo *Fordista* são substituídos pela exigência de plurifuncionalidade e da polivalência apregoados pelo modelo de produção conhecido como *Toyotismo*. Neste contexto, um aspecto central e necessário para analisar a saúde dos trabalhadores, também denominados de colaboradores no sistema produtivo em vigor, está associado com as estratégias de captura da subjetividade promovidas pelo mesmo. Os movimentos sociais e institucionais de resistência contra a flexibilização das relações trabalho, promovidos no final do século XX foram ineficientes nas suas metas. No desenvolvimento das resistências deste conflito predominou a força do que pode ser sintetizado em dois fatores, conforme Harvey (2011):

1 - Na força conceitual da flexibilidade, da cooperação, da colaboração, da participação e da liberdade. Estes conceitos se apresentaram com uma grande força positiva. Opor-se a eles é uma tarefa de quem se posiciona contra o bem, a partir do negativo e do mal;

2 - Nas macrodeterminações políticas e econômicas, com o enfraquecimento de alternativa real ao modelo capitalista de organização da sociedade. A queda do muro de Berlim contribuiu para o aprofundamento do modelo que colonizou, em graus crescentes, através da força conceitual, a subjetividade e a totalidade da vida humana com os princípios da dimensão não ética da economia.

Nestes dois fatores se evidencia, entre as características marcantes e crescentes na atual organização formal do trabalho, em que a flexibilização substitui o critério da jornada pelo cri-

tério da produtividade. A força da flexibilização é acentuada ao ponto de obscurecer a fronteira entre o formal e o informal, entre a atividade produtiva e a atividade não produtiva, entre o que é trabalho e o que é ação social ou ação individual (Antunes, 2005).

Um fato evidenciado no início do século XXI é que a vida, e, especificamente, a vida ativa em sociedade, exige o aumento de consumo de mercadorias e serviços. A noção de obsolescência, pensada na primeira metade do século XX está sendo exercitada em graus elevados no início deste século. A ciência e a tecnologia disponibilizam conhecimentos que impõem serviços (trabalhos) de autocuidado (serviços de saúde/doença em geral) e de lazer (consumo) ao ponto do tempo livre se reduzir a quase inexistência. Para atender às necessidades ilimitadas, as pessoas passam a buscar renda trabalhando ilimitadamente ou até atingirem sua própria exaustão. Nesta linha de raciocínio, ao fazer o exercício de descrever o trabalho no atual momento, não é inadequado apontar que estamos vivendo uma mudança de época. Pode-se ilustrar esta afirmação, referindo em analogia, à última mudança de época vivida pela humanidade, que identificamos como transição entre Idade Média e Idade Moderna, com a centralidade da razão, do antropocentrismo e da ciência em oposição ao teocentrismo e a religiosidade. O que pode ser chamado de mudança de época, evidenciado no início do século XXI, está sendo vivenciado através das facilidades proporcionadas pela tecnologia que substitui a necessidades de outros intermediários, no acesso a informação e aos serviços, na centralidade do consumo e na mercantilização, inclusive do homem e da natureza (Subirats, 2013).

Entre as características marcantes na descrição da atividade de vários segmentos sociais, independente da escolaridade ou condição econômica, está uma grande submissão à liberdade do mercado, movida pelo consumo. Esta liberdade, ou sensação de liberdade, assegurada pelo estado e/ou pelo mercado, que são criativos no financiamento e disponibilização do crédito, dificulta a visualização de formas diferentes de construção das vidas, reforça a aceitação de rotinas de trabalho com jornadas extremamente elevadas para atender as necessidades do consumo. Para ilustrar a possibilidade de diferentes formas de organizar a vida vale uma comparação entre as condições existentes até a década de noventa do século XX, quando os trabalhadores buscavam a ampliação do poder

aquisitivo através do aumento salarial e os empregadores não tinham amparo do estado para aumentar a jornada de trabalho. Nas condições vivenciadas no início do Século XXI, constata-se uma ampla e crescente flexibilização (liberdade) nas relações de trabalho. A palavra liberdade, neste caso, assume função central na legitimação desta mudança, pois o conceito de liberdade individual na autodeterminação da jornada de trabalho obscurece os efeitos individuais e sociais altamente prejudiciais. Em áreas de trabalho como as da saúde e da educação, trabalhadores estão muitas vezes vinculados a mais de uma instituição, com jornadas de trabalho que ultrapassam oitenta horas semanais (Harvey, 2011). Em outras áreas, como a do sistema financeiro, a jornada de trabalho está subordinada a metas amplas e crescentes. Desta forma, os trabalhadores e os empregadores não têm mais, como no século passado, a interferência do estado, podendo decidir autonomamente, sendo, portanto, mais *livres*.

Parece difícil romper as amarras deste aparato conceitual (Harvey, 2011) apoiado num sentido de liberdade que impõe uma forma de atividade. Para analisar as amarras é oportuno constatar que o conceito de liberdade (Sen, 2010) está, também, relacionado com os conceitos de limite e de necessidade. Na sua relação com a necessidade vale analisar sob qual ângulo ela se apresenta, se é da segurança, do conforto ou do consumismo. Na sua relação com o limite vale destacar a contraposição entre ambos, podendo-se definir liberdade como um exercício de superação dos limites. Para ilustrar, pode-se dizer que os modelos socialistas de sociedade são identificados como modelos destituídos de liberdade, sendo que uma das explicações está associada aos limites da segurança, saúde, economia, educação, estabelecidos pelo estado, e não pelo indivíduo ou pelo mercado. No modelo sociedade neoliberal, os limites para estas necessidades são estabelecidos pelo mercado, porém não deixam de ser estabelecidos, sendo em alguma medida limites para a liberdade individual. Na continuidade desta reflexão cabe problematizar a seguinte questão: Os limites para a liberdade do conjunto dos cidadãos são maiores quando estabelecidos pelo mercado ou pelo estado?

Está *naturalizado* o entendimento de que o modelo de trabalho em vigor não é trabalho escravo, mas trabalho livre. Para comparar e diferenciar estes dois sentidos de trabalho, é oportuna a referência a uma metodologia utilizada para a reflexão sociológica ou psicológica evidenciada

com a pergunta: O que move as pessoas? Nas palavras de a pergunta está expressa num estágio que pode ser considerada anterior. Tratar do que move a pessoas, tratar do comportamento e da saúde das pessoas, pressupõe analisar a constituição e a estrutura subjetiva que associa condições materiais (economia) e condições de bem estar (psicologia) (Guareschi, 2005).

Após esta breve reflexão sobre o trabalho, as condições materiais, a atividade, a economia e a subjetivação passamos a tratar das relações entre sentido ampliado de trabalho, que sequestrou o tempo, alterou a ideia de justiça e a saúde mental.

O TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NO PSÍQUICO E NO FÍSICO

O trabalho é um fenômeno social bastante complexo. Nos últimos anos, o surgimento de novas tecnologias, a aceleração do ritmo laboral e as novas formas de organizar o modo de produção contribuíram para que as relações de trabalho sofressem intensas mudanças. Tendo que lidar com novas exigências, defrontando-se com a necessidade de uma postura ativa, com qualificação permanente e variada e, conseqüentemente, com a diminuição do seu tempo livre, o trabalhador pode vivenciar alguma forma de sofrimento (Hall, 2006).

Diante da conjectura atual do mundo do trabalho, os indivíduos são impelidos a tomar algumas decisões que podem resultar em adoecimento. Dejours (1994, 2003) compreende que o sofrimento se instala quando o trabalhador exaure todas as possibilidades em sua tentativa de satisfazer a demanda de seu trabalho e mesmo assim não consegue atingir este objetivo. Neste sentido, Dejours (2005) afirma que o sofrimento do trabalhador é sentido tanto no corpo físico quanto na esfera psíquica. Em outras palavras, o sofrimento tem início quando o indivíduo percebe que o conteúdo adquirido através de suas vivências não é o mesmo que a organização solicita. Neste momento, a relação entre trabalhador e as organizações de trabalho encontra-se interrompida. Desta forma, o trabalho induz efeitos no campo relacional e produz modificações no âmbito social (Perrone, Sobrosa, & Camerin, 2010).

Em um estudo recente, Bendassolli (2011) aponta que o sofrimento no trabalho está atrelado a certo mal-estar existente na vivência do indiví-

duo no seu ambiente de trabalho desde a revolução industrial. No entanto, é nos tempos atuais que se percebe uma maior intensidade e o alastramento das ideias de que algo não vai bem com o trabalho, de que o mal-estar na civilização é, na realidade, um mal-estar do trabalho. Como sintoma deste diagnóstico surgem as psicopatologias do trabalho. Lhuillier (2009) descreve uma tipologia de sofrimentos ou patologias que emergem a partir das relações no mundo do trabalho. A autora as divide em três grupos: as patologias das atividades impedidas ou aprisionadas, as patologias da solidão e da equivocidade no trabalho, e as patologias dos maus-tratos e da violência. Lhuillier (2009) destaca que os grupos têm em comum o fato de que as patologias surgem em um contexto de desequilíbrio entre o aumento de exigências, pressões do trabalho e, por outro lado, há uma redução dos recursos para o trabalhador dar conta do que o foi solicitado.

Para identificar características do trabalho que influenciam na saúde se faz necessário buscar o apoio da psicologia. Entre os diversos entendimentos associados com a psicologia destaca-se a sua função de ocupar-se da análise do comportamento humano, apontando condições para a saúde e para o bem estar das pessoas. Esta tarefa está associada ao conceito ampliado de clínica, vinculado com a noção de trabalho, de atividade, sendo caracterizada pelo Conselho Federal de Psicologia [CFP] da seguinte forma:

Atua na área específica da saúde, colaborando para a compreensão dos processos intra e interpessoais, utilizando enfoque preventivo ou curativo, isoladamente ou em equipe multiprofissional em instituições formais e informais. Realiza pesquisa, diagnóstico, acompanhamento psicológico, e intervenção psicoterápica individual ou em grupo, através de diferentes abordagens teóricas (CFP, 1992, p. 01).

A psicologia atua ou pode atuar, pois tem legitimidade formal para tanto, de forma diferenciada do modelo biomédico para assegurar saúde e bem estar. No modelo biomédico, está evidenciada a participação de especialidades médicas, equipamentos e instituições com graus elevados de tecnologia. Na atuação da psicologia está evidenciada a atuação preventiva, além da curativa, a partir da análise de processos intra e interpessoais. A definição do que se denomina de modelo biomédico está associado com especialidades

médicas, com a tecnologia, com instituições hospitalares, com uma visão mecanicista advinda de pensadores como Descartes, que conceberam a realidade do mundo e o corpo humano, como uma máquina. Para além destas condições e deste modelo, que pode ser denominado de modelo biomédico, que a partir das próprias qualidades e benefícios está cristalizado na cultura, este artigo está centralizado na análise da subjetividade, no sentido amplo do trabalho e da atividade como fatores associados à saúde.

Embora atualmente se assuma o conceito holístico de saúde, a verdade é que o modelo biomédico de saúde, de caráter reducionista, tem vindo a dominar quase por absoluto a saúde individual e das populações. Este modelo, que emergiu no século XVII, veio sistematicamente a alicerçar-se na ciência e na técnica, que foram evoluindo à medida que se desenvolvia o conhecimento do mundo biológico por meio da observação, classificação e cálculo bem como pela construção de instrumentos de apoio técnico cada vez mais elaborados e sofisticados (Carvalho, 2013, p. 1).

A saúde, conforme compreensão e regulamentação para os profissionais da psicologia (CFP, 1992), inclui o cotidiano e as situações sociais, que se apresentam vinculadas ao crescente/ilimitado grau de exigência/endividamento, com a necessidade de elevar a produtividade e a submissão à dominação do trabalho e da atividade. A doença mental pode estar associada com a injustiça ou com a sensação de injustiça. Definida como mal estar, sem causas físicas e biológicas comprovadas, pode ser caracterizada e tratada de forma individual. No entanto, o entendimento aqui utilizado de doença é inicialmente psíquico, sendo o psíquico definido como relação (Moscovici, 2011). Desta forma, a doença, apesar de ser individual, deve ser conceituada no estabelecimento de relações com contexto. O mal estar e a doença podem ser reconstruídos em um caminho com estágios que passam da insatisfação para o desconforto, para o conflito, para o confronto, culminado na violência social, psíquica e biológica. Um ser humano que trabalha exageradamente, pressionado pelas dívidas, que não são apenas financeiras, mas que também estão associadas ao cumprimento de metas, pode ultrapassar os próprios limites psíquicos e biológicos, sendo dominado por um sentimento de injustiça e de colapso físico e mental.

Reconstruímos no tópico anterior as condições de trabalho predominantes do contexto pro-

duativo em vigor. Este contexto pode ser caracterizado como de pressão e exigência ilimitadas, que implicam comportamentos que podem indicar a iminência de colapsos. Desta forma, estes contextos podem ser caracterizados como sendo de pouca justiça, injustos ou geradores de sentimentos de injustiça. As manifestações que relatam a condição de movimentação/atividade acelerada das pessoas são expressas em manifestações cotidianas e estão simbolizadas em perguntas/respostas do tipo: *Como estás? Correndo!*

A corrida expressa certa relação com o tempo e está acentuada ao ponto de não permitir perguntas como: correndo de quem, para que, com que objetivo ou por quanto tempo? Algumas pistas para compreender as razões do cotidiano acelerado que envolve as pessoas podem ser encontradas nas características do atual modelo de organização política e econômica da sociedade. Nesta caracterização, os conceitos de *obsolescência planejada* e *flexibilização* podem ser destacados. A obsolescência planejada foi uma alternativa para acelerar o crescimento da economia capitalista na primeira metade do século XX, após períodos de estagnação e decrescimento. Neste modelo, modelo que advém de um consentimento construído (Harvey, 2011), predomina o planejamento da produção, programando os produtos para que tenham um período de uso limitado, tornando-se obsoletos e com isto demandando a substituição por novos produtos. A necessidade de substituição acelerada dos produtos causou o aumento do consumo e o crescimento da economia, mas também ocasionou a destruição dos recursos naturais, a poluição do ambiente e o excesso de atividades.

Paralelamente ao modelo político e econômico capitalista, desenvolvia-se no início do século XX o modelo socialista, onde a economia era planificada pelo estado que organizava a produção por outros referenciais de necessidade, tendo como característica um nível de consumo mais baixo. A desestruturação do modelo socialista evidenciada no final do século XX contribuiu para o aumento do lucro através do livre mercado e para o fortalecimento do capitalismo, através da elevação do consumo. O sistema produtivo passou por transformações, com a substituição predominante do modelo fordista para o modelo toyotista, para assegurar a efetivação do aumento e da diversificação, visando à *customização* da produção. Nestas transformações, o sistema produtivo efetivou, a seu modo, duas características

importantes do ser humano que são a liberdade e o cooperativismo. Para isto, o trabalhador deixou de ser *empregado* e passou a ser *colaborador*, em sintonia com a flexibilização da legislação trabalhista que deixou de ser rigidamente regulada, com a diminuição da interferência do estado. Em contrapartida, as pessoas sofrem influências ideológicas que “circulam nas corporações, nos meios de comunicação e nas numerosas instituições que constituem a sociedade civil – universidades, escolas, igrejas e associações profissionais” (Harvey, 2011, p. 49). O ser humano que recebe a *etiqueta* de colaborador está submetido a uma jornada de trabalho em que o tempo cronológico é substituído por metas crescentes e ilimitadas, que se transformam em dívidas crescentes e impagáveis.

A liberdade e a felicidade passaram a ser associadas ao aumento do consumo, que se tornou o grande motor do sistema social e produtivo. A busca da liberdade e da felicidade das pessoas passou a estar vinculada ao aumento do nível de consumo, o que justificou a necessidade de aumento da produção. O sistema produtivo foi reestruturado para aumentar a produção e assegurar o aumento da diversidade e da quantidade de produtos, atendendo as novas *necessidades* de consumo. Nesta reestruturação, o trabalho humano passou a ser crescentemente exigido em *quantidade, criatividade e flexibilidade*. Com a legitimação destes três conceitos, a subjetividade passou a ser colonizada com o predomínio da dimensão sedutora da flexibilidade e da criatividade. As tentativas de resistência são rapidamente desarticuladas ou rearticuladas, ao serem associadas ou relacionadas como oposição às qualidades desejáveis e de difícil contestação (Harvey, 2011).

No entanto, algumas consequências podem ser explicitadas para mostrar as contradições e o paradoxo do atual sistema social e produtivo. Dentre estas consequências está incluído o desgaste mental que se associa ao mal estar e às doenças de diversas caracterizações. Pode-se incluir a análise dos casos de mortes e sequelas no trânsito (Dalmolin, B.M., Doring, M., & Petuco, V., M. 2011), pelo aumento do índice de consumo de drogas lícitas (a disposição para o consumo nas farmácias) e ilícitas, e pelas jornadas excessivas de trabalho. O desrespeito aos limites do bom senso, da razão e da ciência se evidencia no excesso de velocidade no trânsito e no aumento do consumo de drogas e de jornadas de trabalho. Estes casos sinalizam que a colonização da subjetividade das pessoas está centrada no aumento do desejo/necessidade de se

movimentar para pagar dívidas materializadas em compromissos financeiros e no cumprimento de metas de consumo e produtividade.

Este ciclo de necessidade, advinda da subjetividade colonizada pela obsolescência planejada e pelo desejo de consumir, não assegura liberdade (Harvey, 2011). Ao contrário, aumenta as necessidades, diminuindo a liberdade e a felicidade, por não possibilitar ou diminuir espaços de não consumo e não produtividade. Ao se sentirem infelizes e insatisfeitas as pessoas fazem uso de mais recursos materiais, aumentando o consumo de produtos e a ingestão de drogas lícitas e ilícitas. Desta forma, o aumento da violência em geral e as mortes no trânsito, podem ser associadas ao colapso das pessoas, compreendido como uma consequência da colonização da subjetividade, que aumenta a necessidade de buscar a liberdade e a felicidade através do consumo. Este contexto se apresenta como um círculo vicioso que pode auxiliar na explicação de distúrbios psicológicos expressos na intolerância, na depressão, nos suicídios, na violência doméstica e na desestruturação mental em geral.

Ao tratar da relação entre desgaste mental e trabalho, Slegmann-Silva (2011) inclui a questão social como fator associado. Em sua análise, destaca as fragilidades das relações no trabalho, no qual predominam a insegurança, a incerteza e a instabilidade. Ao mesmo tempo, estas características ultrapassam a esfera do trabalho e atinge a vida social, invadindo a identidade a subjetividade. A ênfase na competitividade, cristalizada na subjetividade contribui para o fortalecimento do individualismo, implicando a precarização do social, do trabalho e, também, a precarização da saúde.

O fio condutor desta reflexão pode estar associado com o questionamento sobre o que move as pessoas ou de que forma o comportamento humano pode ser analisado e compreendido. Neste exercício, a economia, como foi apontado no primeiro tópico deste artigo, pode ser identificada como um dos grandes motores da humanidade, por cumprir o papel conceitual de ligar a dimensão social e a dimensão produtiva (trabalho) das pessoas. Quando se menciona economia, está se fazendo referência às necessidades práticas das vidas das pessoas, mas também se está aludindo a uma dimensão especulativa, formal e abstrata que, na reconstrução conceitual feita por Sen (2012), recebe o nome de engenharia ou especulação. Desta forma, para compreender os indivíduos e seus problemas mentais é necessário bus-

car os motores de seu comportamento que está situado na subjetividade. Ocorre que nem sempre as necessidades formais e especulativas da engenharia econômica permitem espaço para a reflexão sobre como devemos viver. Na reconstrução da subjetividade arquitetada pela economia, em permanente crise que afeta as relações de trabalho e as relações sociais, é possível se apontar pistas para explicitar o desgaste mental que proporciona índices elevados de colapsos pessoais (Netz & Oliveira, 2011).

A competição pelo trabalho como forma de superar a exclusão não é menos intensa do que a competição no trabalho, para sua manutenção e para assegurar a inclusão. Os níveis de competitividade e os graus de exigência de produtividade, apresentados nos diversos setores e de empregabilidade tem aumentado os índices de colapso físicos e psicológicos. Estatísticas dos trabalhadores afastados do trabalho para tratar da saúde, por entrar em colapso, como retratado na pesquisa conduzida por Vieira (2003), são crescentes em todos os setores e merecem uma análise que não deveria se limitar à identificação, classificação e reconhecimento de uma doença específica ou até mesmo de uma nova doença ainda não classificada e reconhecida, para ser tratada.

As interfaces e os impactos da precarização social e do trabalho sobre a saúde são bastante diversos. “O registro oficial, no Brasil, tem revelado durante a última década a ascensão de acidentes de trabalho e doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho, e, a partir de 2007, também dos distúrbios psíquicos” (Slegmann-Silva, 2011, p. 469). É imprescindível defender a inclusão, no entanto, é relevante observar que a inclusão injusta não é a melhor alternativa. Ao tratar do tema, Sen afirma:

Porém, nenhuma conveniência conceitual vem sem algum tipo de custo, e a noção de exclusão não é exceção. Para perceber isso, talvez seja útil começar recordando que alguns conceitos clássicos de injustiça se preocupam de fato com “inclusão injusta” e não com a exclusão. Esse é exatamente o caso da noção marxista de “exploração”, no qual o problema consiste no fato de o trabalhador estar firmemente “incluído” em uma relação de produção na qual ele ou ela recebe menos do que lhe é devido (2010, p. 34-35).

Nesta afirmação está um aspecto que precisa ser mais explicitado: a importância das condições para a justiça. Para tanto, reconstruir o conceito

de justiça e de economia é condição de possibilidade para interpretar o nível de desgaste mental proporcionado pelas imposições do mundo do trabalho e da atividade. Como pista para explicar a atividade humana, compreendendo as razões do adoecimento, pode-se dizer que a injustiça ou o sentimento de injustiça, o excesso de atividades e de necessidades que sequestrou o tempo, o individualismo e a ênfase na competição, a falta de definição clara do papel estado e do mercado, têm muito a dizer na explicação do atual desgaste mental e das atuais condições da saúde humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar da saúde em seu conceito amplo é ultrapassar os limites específicos ocupados, por exemplo, pela biologia e pela medicina. Pode-se afirmar ainda que a forma como a saúde mental foi abordada neste artigo está em sintonia com uma forma de pensar que desconstrói um método de explicação dos fenômenos, o método de repartir e separar para compreender e explicar. Ao desconstruir o método que se apoia na separação, indica e se apoia no método que prioriza a relação, em especial a relação entre as partes ou entre diversas partes, para a compreensão dos fenômenos. Estas considerações são válidas para a compreensão de saúde mental no contexto contemporâneo, que podem ser associadas com o sequestro do tempo.

O sequestro do tempo está associado com o agenciado feito pelo atual modelo produtivo que está organizado a partir da crescente necessidade de produzir e de consumir, influenciados pela obsolescência acentuada. A saúde mental e seu desgaste se evidenciam em número crescente de pessoas, conforme pesquisa referida no início deste artigo. A compreensão destes índices pode ser associada com a injustiça ou o sentimento de injustiça, diante das dificuldades, diante da violência (Netz & Oliveira, 2011), da falta de condições para romper com as amarras dos contextos de individualismo e de competição acirrada, que instrumentalizam as pessoas para atender os objetivos da produtividade e de consumo.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. (2005). O caracol e sua concha. Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo.
- Bendassolli, P. F. (2011). Mal-estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 10 (1), 63- 98.
- Carvalho, G. S., Artur, G., Vitor, R., & Carlos, A. (2013). O modelo biomédico e a abordagem de promoção da saúde na prevenção de comportamentos de risco. Recuperado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7640/1/BM%2520%2526%2520HP%2520comp-risco.pdf>.
- Conselho Federal de Psicologia (1992). *Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil*. Recuperado de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf.
- Dalmolin, B.M., & Dias, G.M. (2009). Síndrome de Burnout: uma implicação para trabalhadores em instituições de saúde. In P. Guareschi, H. Possamai, (Orgs.). *Territórios de exclusão. Investigações em representações sociais*. (pp.40-54). Porto Alegre: ABRAPSO SUL.
- Dalmolin, B.M., Doring, M., & Petuco, V., M. (Orgs.). (2011). *Violência no trânsito. Retratos de Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier.
- Dejours, C. (1994). A carga psíquica do trabalho. In C. Dejours, E. Abdoucheli, & C. Jayet, (Orgs.). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (pp. 21- 43). São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (2003). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré.
- Dejours, C. (2005). *O fator humano*. Rio de Janeiro: FGV.
- Fleury, S. (1994). *Estado sem cidadãos*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo-SP: Atlas.
- Guareschi, P. (2005). *Psicologia Social e Crítica como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Harvey, D. (2011). *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.
- Lhuillier, D. (2009). Travail, management et santé psychique. *Connexions*, 91, 85-101.
- Machado, M., S. (2011). Teatro de sombras: violência no trabalho e apropriação da saúde. Em Nets, J., A, & Oliveira, P., A., B. (Org.). *Teatro das sombras*. (pp.11-31). Porto Alegre: SindBancários.
- Morin, E. (2011). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Moscovici, S. (2011). *A invenção da sociedade*. Petrópolis. Editora Vozes.
- Nets, J., A., & Oliveira, P., A., B. (2011). *Teatro de sombras. Relatório da violência no trabalho e apropriação da saúde dos bancários*. Porto Alegre: SindBancários Publicações.
- Neto, J., F. (2004). *Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos*. Recuperado de <http://www.ichf.uff.br/publicacoes/revista-psi-artigos/2004-1-Cap7.pdf>
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática e revisão narrativa. *Acta Paul Enferm*, 20(2), 376-380.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sen, A. (1999/2012). *Sobre ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sen, A., & Kliksberg, B. (2010). *As pessoas em primeiro Lugar. A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das letras.
- Subirats, J. (2013). Cambios sociales y estructuras de poder ¿Una nova ciudadanía? Em Brizola, A., L., C., Zanela, A., V., & Gesser, M. (Org.). *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos*. (pp.15-45). Florianópolis: ABRAPSO.
- Vieira, J. D. (2003). *Identidade expropriada, retrato do educador brasileiro*. Brasília: CNTE.

The kidnapping of time and mental health

ABSTRACT

This article offers an analysis of factors that influence the well-being and health, in a time when lack of time and indebtedness are elements that run through people's daily lives. The starting point is the examination of human activity in its positive or negative relationships with respect to an idea of justice. From a narrative review, we evaluated the themes of freedom, necessity, of individualism, competition, lack of time and the relationship between the market and the state. The results of this research indicate that increasing the time busy with activities, which are presented as necessary means to decrease the time free activities, associated with the care of their own well-being and health.

Keywords: health, debt, time, freedom, necessity

Recebido em: 20/10/2015

Avaliado em: 01/11/2015

Correções em: 26/11/2015

Aprovado em: 01/12/2015

Editor: Vinícius Renato Thomé Ferreira